



# TRIBUNA DA NATUREZA

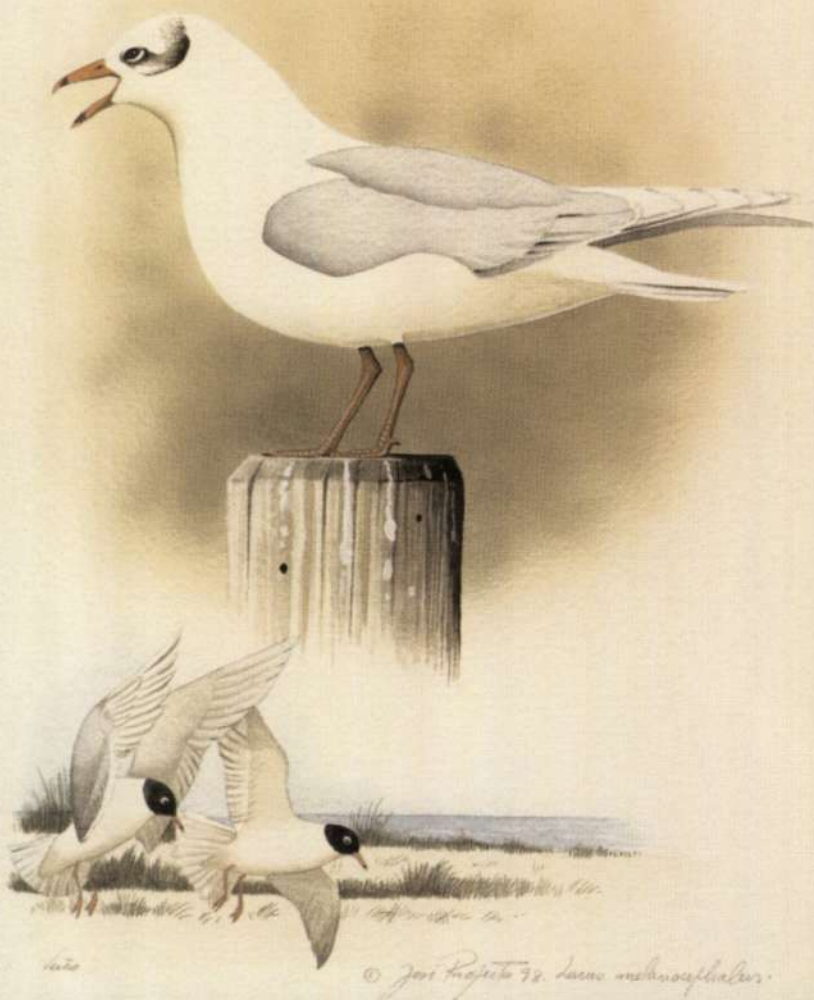
a vida selvagem nas quatro estações • ano 8 n° 29 inverno 2008

| PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | 3,5 EUROS

À DESCOBERTA DO RIO TUA

SEGUIMENTO DOS GROUS NO ALENTEJO

A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO  
EUROPEIA E O AMBIENTE



## DESTAQUES DE INVERNO

20

Neste número da Tribuna da Natureza damos destaque, entre outros assuntos, ao Planeta. O momento pode ser crítico. A intervenção destrutiva por parte do Homem assume proporções nunca antes alcançadas. Helena Freitas chama a atenção para a necessidade de não tomarmos a árvore pela floresta: não podemos esquecer o global quando centramos as nossas preocupações apenas nos pequenos ecossistemas à nossa frente. Nos Clássicos da Natureza, em boa hora de regresso às nossas

páginas, José Carlos Marques retrata-nos George Perkins Marsh, pioneiro norte-americano do ambientalismo cujos pensamentos permanecem bem actuais – o que não é, naturalmente, um bom sinal, dado que viveu no séc. XIX... –, em particular no que

reporta ao respeito pela natureza e pela Terra. A Hora do Mocho dá também à Terra um destaque especial. Carlos Teixeira e Paula Chainho, da LPN, analisam a

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e a política ambiental europeia em 2007, no que de positivo e de negativo teve. Mas porque o todo é, quase sempre, a soma das partes, a LPN-Alentejo e o CEAI retratam o Grou (*Grus grus*) nas

nossas páginas e Paulo Santos (FAPAS) dá-nos a conhecer os valores patrimoniais (naturais e humanos) de um dos vales mais interessantes do país, o do rio Tua, num

desejo por todos nós partilhado de que não seja a próxima «vítima» lusa do desenfreado desenvolvimento humano.

8

12

16



18

4



### FICHA TÉCNICA

DIRECTOR | Miguel Dantas da Gama REDACÇÃO | Raul Lima - Editor - David Torres - Francisco Álvares - João Carlos Claro - João Cosme Matos - Luís Rodrigues - Paulo Santos DESIGN | Cristina Dordio ILUSTRAÇÕES | José Projecto ASSINATURAS/PUBLICIDADE | Fernando Silva COLABORARAM NESTE NÚMERO | Carlos Teixeira - CEAI - Helena Freitas - Joaquim Pedro Ferreira - J. Dias Marques - LPN - Alentejo - Luísa Marques - Paula Chainho - Rui Lourenço EDIÇÃO E PROPRIEDADE | FAPAS - Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens ENDEREÇO | Rua Alexandre Herculano, 371 - 4º Andar Dto. - 4000-055 PORTO Tel. 22 200 24 72 - Fax 22 208 74 55 E-mail: fapas@mail.esoterica.pt Página web: www.fapas.pt REGISTO ICS | 123453 DEPÓSITO LEGAL | 146895/00 TIRAGEM | 3000 exemplares IMPRESSÃO | Inova Artes Gráficas Publicação independente aberta a pessoas e instituições que se dedicam ao estudo e à defesa da vida selvagem. Tribuna da Natureza não é responsável pelas opiniões dos seus colaboradores quando manifestadas em textos devidamente assinados.

CAPA | Abutre do Egípto ou Britango (*Neophron percnopterus*)  
© João Cosme

Neste início de 2008 gostaríamos de transmitir um sentimento de optimismo essencialmente motivado para contrariar a mensagem que normalmente acompanha a maioria dos trabalhos publicados nesta revista e que é por alguns considerada pessimista ou mesmo derrotista.

Para evitar resvalarmos na retórica habitual escusamo-nos a ensaiar qualquer balanço do que foram os últimos 12 meses em termos de conservação da natureza em Portugal. Mas, por maior que seja a vontade de nos expressarmos com um novo discurso buscando uma mudança positiva, não podemos descolar os pés do chão e deixarmo-nos embalar por sonhos que não passam disso mesmo. Sonhos, ou o mesmo é dizer, esperanças de que se vão empreender, durante o ano que agora se inicia, grandes acções objectivamente vocacionadas para a preservação do património natural deste país.

Daí que, neste voto para 2008, nos fiquemos pelo desejo de que pelo menos não se confirmem as (muito) más notícias já anunciadas. Ou que se faça um grande esforço no sentido de mitigar as consequências negativas que não deixarão de se impor no nosso já muito maltratado território, se as empreitadas previstas avançarem.

De uma forma genérica, esperamos que no actual frenesim eólico alguns ventos continuem a correr livres nos cada vez mais escassos espaços de montanha ainda sem aerogeradores; que os sudoestes alentejano e algarvio continuem a ser os mais expressivos redutos da costa portuguesa livres da pressão urbanística; que o Alqueva ainda possa ser poupado aos piores cenários turísticos para ele prometidos; que alguns dos novos grandes projectos hidroeléctricos não passem do papel

(o Tua é a má nova mais recente). Ver correr livres as águas do rio Sabor continua a ser a mais importante aspiração de quem acha ainda possível que alguma coisa possa escapar ao «desenvolvimento» deste rectângulo do sudoeste ibérico.

No primeiro número de 2008 cumpre-nos também apresentar aos nossos leitores desculpas pelos atrasos com que a **Tribuna da Natureza** vai sendo publicada. Não é por falta de vontade nem de empenho da equipa que a produz, mas por falta de condições – essencialmente disponibilidade de tempo – de um projecto editorial de um grupo de amadores que gostaria de ter um desempenho e os resultados exigidos a uma equipa de profissionais. Vamos continuar a trabalhar tentando aproximarmo-nos desse objectivo. Em qualquer caso estão salvaguardados os interesses dos assinantes que receberão o número de revistas que antecipadamente adquiriram.

A todos os leitores desejamos um ano cheio de grandes momentos com a Natureza.

Envolvidos em acções concretas em sua defesa ou simplesmente usufruindo-a numa das muitas aproximações possíveis sempre respeitadoras da preservação dos seus valores naturais. Só assim contribuiremos para a inversão do caminho errado que vamos trilhando e que tem levado à sua perda.

## Que em 2008 não se confirmem as previsões

MDG

## Barómetro da estação

É uma concretização que saudamos com agrado. O cercado-alimentador de aves necrófagas que a Peneda-Gerês tem, finalmente, a funcionar, com toda a certeza irá contribuir para contrariar a escassez de alimento com que muitas espécies se confrontam, podendo também permitir a desejada fixação de outras aves que sobrevoam o Parque Nacional e nele não têm encontrado condições de sobrevivência. Destaca-se o caso exemplar do grifo. Esperemos que esta concretização, que sempre defendemos, possa no futuro ser replicada noutras zonas desta área protegida. MDG **BOM TEMPO**

Curiosa a recente polémica em Lisboa face à proposta de instalação de torres eólicas na cidade por parte do vereador José Sá Fernandes (v. p. ex. Expresso, 8/03/2008). E não é que, de repente, desataram todos a descobrir que as difas provocavam impactes ambientais? Nunca se tinha ouvido tal coro de protestos e levantar de questões que, até aqui, não haviam sido levantadas de forma tão audível por parte de quem tem responsabilidades governativas, locais ou não. E é preciso acrescentar que a iniciativa é de âmbito muito limitado (cerca de meio ano, ao fim do qual são retiradas) e que são turbinas de dimensão muito reduzida, não a gigantária que encima tantos montes no país. É bom que alguns comecem a aperceber-se dos impactes gerados pelos parques eólicos, mas tememos que essas preocupações continuem a não ir mais além das

Sete Colinas... RL

**REFREGA\***

\*Refrega: vento tempestuoso e rápido, ou que sopra às lufadas (dicionário Novo Aurélio, Século XXI)



## DEFESA DA NATUREZA

TEXTO • LPN - Alentejo | Liga Para a Protecção da Natureza  
CEAI | Centro de Estudos da Avifauna Ibérica

FOTOGRAFIAS • Joaquim Pedro Ferreira  
Rui Lourenço



# GROUS

## a boa imagem de um migrador ameaçado

Existem quinze espécies de groux no Planeta das quais, actualmente, apenas uma ocorre em Portugal. Trata-se do *Grus grus L.*, que tem uma vasta área de distribuição. Nidifica ao longo das regiões mais setentrionais do Paleártico, desde a Escandinávia até à Sibéria. Para esta espécie são consideradas duas subespécies geográficas distintas, com base nas suas rotas migratórias e nas zonas de nidificação. A cadeia montanhosa dos Urais constitui uma barreira geográfica importante.

A subespécie ocidental é denominada *Grus grus grus*, estimando-se a sua população em cerca de 60 a 70 mil indivíduos.

Os groux são aves de grande porte, idêntico ao de uma cegonha, com cerca de 115 cm de altura e uma envergadura que pode atingir 245 cm. O peso varia entre os quatro e os seis quilogramas. É uma ave pouco colorida, em tons de cinzento e preto. Na cabeça exhibe uma pequena mancha tipo coroa, de cor vermelha, apresentando ainda duas listas brancas ao longo do pescoço preto. Muito elegante, possui um bico forte e pernas relativamente altas. Os juvenis voadores apresentam uma plumagem em tons de castanho. As suas dimensões são um pouco menores que as dos seus progenitores.

Todos os habitats de nidificação estão associados a zonas húmidas e pantanosas características da região da taiga-boreal e temperada e zonas de floresta caducifolia. Ocorre também em prados situados nas proximidades de rios e lagos. Os seus ninhos são feitos no chão sobre turfeiras desarborizadas. A postura é normalmente composta por dois ovos e o choco, assegurado pelos dois progenitores, dura cerca de trinta dias. As crias são nidífugas, tendo capacidade para nadar e correr decorridas escassas 24 horas após o seu nascimento. Só ao fim de 10 semanas ficam capacitadas para dar os primeiros voos.

Os groux também já se reproduziram na Península Ibérica mas as alterações dos seus habitats de nidificação, nomeadamente devido à drenagem de zonas húmidas, levaram à sua extinção como espécie nidificante nos anos cinquenta do século passado. Com a recente publicação da obra *Aves de Portugal (Volume III)*, da autoria de D. Carlos de Bragança, baseada na transcrição dos seus próprios manuscritos, ficou a saber-se que nos finais do século XIX existiam populações nidificantes no Baixo Guadiana e em Pancas (junto a Alcochete).

Um grupo informal de jovens eborenses, autodenominados Vamos Conhecer a Natureza de Perto (VCNP), iniciou há cerca de 20 anos, estudos sobre a invernada dos grou. Desde então, estes jovens (agora naturalmente muito mais velhos) asseguraram a monitorização da população de grou que escolhe Portugal para passar o Inverno, estando integrados nas actividades de associações ambientalistas como a Liga para a Protecção da Natureza, LPN e o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, CEAI. A quem quiser participar nesta tarefa, sugerimos que contacte o VCNP, via LPN ou CEAI. Participando nas contagens poderá também ajudar na obtenção dos dados que suportam as acções de conservação desta espécie ameaçada. Ficamos desde já gratos pela disponibilidade e interesse.

CONTACTOS: Liga para a Protecção da Natureza 266 709564, [lpnalentejo@sapo.pt](mailto:lpnalentejo@sapo.pt), e o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica 266 746 102, [info@ceai.pt](mailto:info@ceai.pt). As inscrições são gratuitas mas, naturalmente, limitadas.

A espécie que ocorre em Portugal é tipicamente migratória, percorrendo distâncias que podem alcançar os três mil quilómetros. Durante as deslocações voam em «V», chegando a atingir velocidades médias de 40 a 60 km/h. Em toda a viagem os progenitores acompanham as respectivas crias. Estes cuidados parentais prolongados podem eventualmente justificar a fidelidade entre os progenitores. Existem várias rotas migratórias e é actualmente aceite que as aves que ocorrem na Península Ibérica sejam provenientes dos países escandinavos, bálticos e de algumas zonas da Rússia. O único grou anilhado em Portugal foi encontrado três anos mais tarde na distante Finlândia, o que pode sugerir que uma parte da população que visita o nosso país possa ser proveniente dessa região. A migração pós-nupcial começa no fim do Verão e é feita com algumas paragens em locais estratégicos - como acontece nalgumas ilhas no Báltico -, antes da chegada aos locais de invernada onde estas aves permanecem até ao início do mês de Março, altura em que tem lugar a migração pré-nupcial de retorno aos países de origem.

Estima-se que a Península Ibérica durante o Inverno seja importante para a invernada de cerca de 80 mil aves desta espécie. Portugal tem abrigado, nessa estação, cerca de cinco mil grou, distribuídos por meia dúzia de áreas. Só no Alentejo se encontram as zonas que regularmente são visitadas pelos grou - áreas tradicionais de invernada. Aquando da sua chegada ao Alentejo, geralmente durante o mês de Novembro, os grou procuram as planícies de campos abertos com restolhos e/ou em pousio, e terrenos bordejados por parcelas recentemente mobilizadas, onde encontram pequenos invertebrados e as sementes e raízes de que se alimentam. Mais tarde, em pleno Inverno, procuram os povoamentos de montado de azinho dispersos, associados ou não ao cultivo de cereais, alimentando-se fundamentalmente de bolota.

Nas áreas tradicionais de invernada têm grande importância, como zonas de dormida, pequenas albufeiras, açudes e outras zonas alagadas.

Em toda a Península Ibérica, e em particular no Alentejo, tem existido uma estreita ligação entre as práticas agrícolas tradicionais e a dinâmica populacional destas aves, prevendo-se por isso sérios problemas se os ciclos agrícolas se alterarem num curto período.

Legalmente, esta espécie está protegida por todas as Directivas Comunitárias e convenções internacionais mas, apesar dos recentes incrementos populacionais nos países mais ocidentais da Eurásia - resultantes da implementação de algumas medidas de conservação -, o estatuto «Vulnerável» a nível europeu mantém-se (ICN).

Infelizmente muitas das suas antigas ameaças permanecem, manifestando-se até com maior intensidade. Estão relacionadas com a perda de habitat, de alimentação, com o alastramento das áreas agrícolas de exploração intensiva, a perturbação dos locais de dormida e mesmo o abate dos grou por caçadores.





◀ Rio Arzila. Foto Rui Lourenço

# A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA E A POLÍTICA AMBIENTAL EUROPEIA EM 2007

NATUREZA ACTUAL

TEXTO · Paulo MGL Teixeira | LPN e representante de outras ONGA Portuguesas na Comissão Executiva do European Environmental Bureau  
Paula Chainho | Vice-Presidente da LPN

## INTRODUÇÃO

Terminado o ano de 2007, e já em plena presidência Eslovena do Conselho da União Europeia (UE), vale a pena recordar as principais decisões e eventos que ao longo do ano passado marcaram a agenda no que se refere à política de ambiente e conservação da natureza, quer no espaço da UE, quer ao nível das decisões globais.

2007 foi o ano no qual, pela primeira vez, se procurou coordenar as Agendas de três Presidências – Alemanha, Portugal e Eslovénia –, tendo sido preparada uma Agenda única, partilhada, anunciada no princípio do ano. Contudo, cada um destes países não deixou de definir prioridades específicas e destinadas ao semestre correspondente ao período em que presidem ao Conselho, sendo que, no caso da Eslovénia, o período de Presidência não abrangeu 2007.

PORTUGAL 2007



## A PRESIDÊNCIA ALEMÃ

Das diversas decisões e acordos alcançados durante a Presidência Alemã, o destaque vai desde logo para a questão das alterações climáticas. Durante o Conselho Europeu de Março, foi alcançado um acordo entre os Estados-Membros, estabelecendo novas e unânimes metas e compromissos em matéria de políticas relacionadas com o clima e a energia. Desta forma, até 2020, a UE comprometeu-se em reduzir incondicionalmente em pelo menos 20% o total das emissões de gases de efeito de estufa, em relação aos valores de 1990, com a ressalva de que esta meta poderia subir para os 30% caso outros países desenvolvidos, não pertencentes à UE, aderissem à mesma meta. Até 2020, o compromisso inclui ainda a meta de que 20% da energia consumida na UE seja proveniente de fontes renováveis e de que, nos transportes, 10% dos combustíveis utilizados correspondam a agrocombustíveis. As Organizações Não-Governamentais de defesa do Ambiente (ONGA) salientaram desde logo que uma meta de 20% não basta para alcançar o histórico objectivo de manter a subida esperada das temperaturas médias nos 2°C. Por outro lado, a opção pela construção de grandes empreendimentos hidroeléctricos, para atingir esta meta, sem pesar as consequências directas para a biodiversidade, não são solução. Referências foram na altura feitas também à produção de agrocombustíveis e à necessidade de um quadro legal que garanta a sustentabilidade ambiental desta, prevenindo impactos negativos na biodiversidade e preços dos alimentos. Não obstante estas considerações, o compromisso unilateral da UE, alcançado durante a Presidência Alemã, viria a ser fundamental para o sucesso parcial que a Presidência Portuguesa veio depois a alcançar na negociação das metas com os restantes países das Nações Unidas, e sobretudo com os Estados Unidos da América (EUA), que viriam a admitir a necessidade do acordo mas sem estabelecer metas específicas. Para isso viria também a contribuir, ainda durante o primeiro semestre, a reunião dos G8, durante a qual a administração dos EUA admitiu pela primeira vez, a hipótese das alterações climáticas e a necessidade de que se caminhe no sentido da redução das emissões de gases de efeito de estufa.

Noutras matérias, e no plano estritamente europeu, verificou-se ainda um enfraquecimento em termos de obrigações legais relacionadas com a Directiva dos Resíduos, sendo que lamentavelmente a Presidência Alemã acabou por não seguir as sugestões do Parlamento Europeu e recusou, quer o aumento do número de substâncias químicas a controlar através da Directiva das Substâncias Perigosas no Meio Aquático, quer também o reforço dos mecanismos de controlo a utilizar.

Por fim, de um ponto de vista positivo, salientou-se o lançamento de uma iniciativa que visa promover novos regulamentos para uma indústria europeia mais ecológica e menos poluente.

## A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

A 1 de Julho, Portugal assumiu então a Presidência da UE, uma oportunidade de excelência, através da qual Portugal poderia afirmar-se, mais uma vez, como membro crucial da União. Apesar da Presidência do Conselho

não ter poder decisório, sendo necessária a cooperação com a Comissão, Parlamento Europeu e restantes Estados-Membros, a influência que exerce consubstancia-se na forma como coordena as discussões, como estabelece prioridades e como atribui ênfase aos domínios por que opta.

## AS ANTERIORES PRESIDÊNCIAS PORTUGUESAS

Esta foi a terceira vez que um governo português assumiu tal responsabilidade. De facto, quinze anos se tinham passado desde que, em 1992, Portugal presidiu ao Conselho pela primeira vez, sendo que a segunda Presidência decorreu em 2000.

Em 1992, foi durante a Presidência portuguesa que o Tratado da União Europeia foi assinado, tratado esse que viria a entrar em vigor em 1993. Vale a pena recordar que foi este documento que permitiu caminhar no sentido de uma Europa Unificada, ultrapassando os objectivos estritamente económicos que estiveram na origem da então Comunidade Económica Europeia. Foi também em Junho de 1992 que a Presidência Portuguesa representou os interesses europeus na Conferência das Nações Unidas sobre ambiente e desenvolvimento, reunida no Rio de Janeiro. Desta conferência resultou na altura a Declaração do Rio, através da qual a comunidade internacional assumiu, ao mais alto nível, o objectivo de alcançar o Desenvolvimento Sustentável à escala global, tendo este compromisso sido assinalado ao nível europeu através de um conjunto de oito pontos relacionados com temas desde as alterações climáticas à biodiversidade.

No ano 2000, a presidência portuguesa destacou-se pela realização de um Conselho Europeu no qual ficou acordado um novo rumo estratégico com vista ao fortalecimento do emprego, reforma económica e coesão social, como parte de uma economia baseada no conhecimento. A Agenda para o Desenvolvimento Económico e Social – a chamada «Estratégia de Lisboa» – não contemplava na altura a dimensão ambiental. Não obstante o facto de em 2001, no Conselho Europeu de Gotemburgo, os líderes europeus terem adicionado a vertente ambiental, passando o documento a constituir-se como uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável, a verdade é que os sucessivos relançamentos da Estratégia desde então, bem como a adopção dos aspectos relacionados com o crescimento económico e a competitividade como uma prioridade da Comissão Barroso, não só vieram promover o esquecimento da dimensão ambiental como vieram também intensificar o impacto de algumas medidas de âmbito estritamente económico, desprovidas do necessário enquadramento ambiental e social.

## OS DESAFIOS DE 2007

### O TRATADO DE LISBOA

Definidas que estavam, desde logo, as prioridades para a terceira Presidência Portuguesa da UE, nas suas mais variadas temáticas, muitas das atenções estavam centradas na preparação e assinatura do texto jurídico que iria constituir o novo Tratado Europeu, o chamado Tratado de Lisboa, após alcançado o acordo entre os Estados-Membros. Não obstante o facto deste Tratado focar-se na reforma das instituições europeias, a verdade

é que corria-se o risco de ver afastados do texto os elementos directos e indirectamente relacionados com as questões ambientais. Felizmente, o Tratado acaba por incluir elementos positivos no que se refere à democratização e transparência, com um capítulo dedicado às políticas de energia. Lamentavelmente, pouco avança em sectores como a agricultura, transportes, comércio e coesão. Espera-se que o enfoque nas alterações climáticas não acabe por ocorrer em detrimento do trabalho necessário noutros temas como o declínio da biodiversidade ou a degradação dos ecossistemas. Por fim, a possibilidade de uma Directiva para Crimes Ambientais é outro factor positivo que o Tratado estabelece.

## AS PRIORIDADES AMBIENTAIS

Tomando em consideração as prioridades na esfera ambiental que a agenda da Presidência Portuguesa tinha definido, nomeadamente: «escassez de água e seca», «alterações climáticas» e a iniciativa «business & biodiversity» («negócios e biodiversidade»), bem como algumas questões não resolvidas pela Presidência Alemã, como a proposta de uma Directiva-Quadro dos Solos, ou a integração da indústria da aviação no comércio europeu de licenças de emissão, vale a pena recordar quais os aspectos que resultaram de forma positiva e os que acabaram por ter menos sucesso.

A escolha de um tema como a escassez de água e a seca, para o Conselho Informal de Ministros do Ambiente, correspondeu à necessidade, bem identificada, de dar ênfase a duas vertentes de um problema que afecta sobretudo os países do sul da Europa, e muito particularmente Portugal. Anunciada estava a intenção de configurar um novo instrumento legal que lidasse directamente com as consequências da seca, definindo-a como evento extremo que assume contornos de catástrofe. Foi portanto oportuno para as ONGA recordar a necessidade de implementar em pleno a Directiva-Quadro da Água, cuja correcta aplicação irá seguramente reduzir os problemas de escassez de água e minimizar os impactos das secas. A respeito da participação das ONGA nacionais, no que se refere a esta prioridade, vale a pena referir que no seguimento de algum diálogo e debate em torno do tema, que teve lugar nos meses que precederam o Conselho Informal, as ONGA nacionais foram convidadas pela primeira vez a ter um representante presente no Conselho propriamente dito. Desta forma, para além das reuniões preparatórias e da possibilidade de apresentar comentários às propostas de conclusões do Conselho, foi possível intervir durante o evento, reforçando perante os Ministros, os pontos de vista da sociedade civil que, para além dos aspectos relacionados com o tema em debate, incluíram uma mensagem de desilusão face ao anúncio do possível encerramento da queixa contra a construção da barragem do Baixo-Sabor, por parte da Comissão Europeia.

No âmbito das alterações climáticas, não há dúvida de que o sucesso parcial da Cimeira dos G8 na qual a chanceler alemã, Angela Merkel, apesar de não ter conseguido obter da parte dos EUA e dos restantes países um compromisso em torno de metas específicas, obteve porém o reconhecimento em torno da necessidade de se discutir seriamente o regime climático pós-2012 a nível

global foi determinante e constituiu um bom prenúncio para a continuação das negociações. Portugal tinha, no âmbito deste tema, a responsabilidade de, durante a sua Presidência, firmar a liderança europeia nas discussões em torno do regime que irá suceder ao período abrangido pelo Protocolo de Kyoto (2008 – 2012), durante a 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas / 3º Encontro das Partes do Protocolo de Kyoto, que iria decorrer em Dezembro, em Bali, na Indonésia. Nesse contexto, alcançar um acordo em torno do início das negociações, com vista à elaboração de um regime pós-2012 que assente na estrutura de Kyoto, afigurava-se como fundamental. A Presidência Portuguesa apresentou em Bali a posição unida da União Europeia e, após difícil negociação, conseguiu-se no último dia da cimeira um compromisso por parte dos EUA no sentido de que se trabalhe e alcance até 2009 um acordo global para o período pós-2012. É de referir que a urgência em conseguir um acordo até 2009 prende-se com o facto de as normas actuais estabelecerem um período de 3 anos para que, uma vez ratificado, um protocolo possa entrar em vigor. Considerando que o período de cumprimento do Protocolo de Kyoto termina em 2012, um acordo tardio pode levar a que a sua implementação comece mais tarde e, entre 2012 e essa data, não vigore qualquer tipo de acordo. Determinantes serão, portanto, os próximos dois anos.

A terceira prioridade assumida pela Presidência Portuguesa assentou num conceito que se vem a desenvolver desde 1992, no contexto do lançamento da Convenção sobre a Diversidade Biológica, baseado na necessidade de envolver o sector privado na conservação da biodiversidade. Este conceito, popularizado pelo *World Business Council for Sustainable Development* e pela IUCN – *The World Conservation Union*, como «*business & biodiversity*» em 1997, foi nos últimos anos divulgado sobretudo através da análise de casos de estudo, pelo *Earthwatch Institute*. Esta divulgação inclui desde 2001, em coordenação com diversas ONGA internacionais, sugestões para o envolvimento das pequenas e médias empresas na conservação da natureza, bem como para o envolvimento de empresas com actuação ao nível internacional.

A Presidência Portuguesa apostou no lançamento de uma iniciativa, precisamente apelidada de «*business & biodiversity*», cujo objectivo consiste em promover a possibilidade das empresas se envolverem voluntariamente e de uma forma directa na conservação da biodiversidade, procurando compensar os impactos reconhecidos que a sua actividade possa ter sobre a natureza. A elaboração da iniciativa contou com algumas reuniões com representantes das ONGA nacionais e internacionais durante 2007, destacando-se a conferência de lançamento, em Novembro, onde a presença das ONGA se fez notar. Outras reuniões e alguns protocolos foram estabelecidos com empresas portuguesas, também presentes na conferência de lançamento. Por parte das ONGA nacionais, algumas reuniões permitiram também levar à elaboração de uma lista de considerações em torno do conceito de «*business & biodiversity*».

A conferência de lançamento da iniciativa contou com uma larga participação e multiplicou-se em sessões

plenárias e *workshops* de discussão. A possibilidade de intervir, quer nos *workshops*, quer nas sessões plenárias, foi um factor positivo e possibilitou a troca de ideias. De referir, porém, a escassa ou praticamente nula presença de representantes das instituições financeiras. Das discussões resultaram, entre outras, conclusões que incluem a necessidade de se estabelecerem parcerias alargadas que insiram o sector privado, a sociedade civil organizada e as instituições financeiras. Este envolvimento deve abranger não apenas as grandes empresas, mas sobretudo as micro, pequenas e médias empresas, presentes em maioria no espaço da União Europeia, e sobretudo nas áreas protegidas, com um papel muito relevante na economia e desenvolvimento rurais. Da conferência resultou um conjunto de conclusões – a «Declaração de Lisboa» – que inclui estas e outras considerações.

Não há dúvida de que, face às já existentes parcerias entre ONGA e algumas empresas em Portugal, esta iniciativa idealmente deveria trazer algo inovador e claro. A implementação de tal iniciativa, bem como a monitorização respectiva, terá de ser eficazmente executada pelas presidências subsequentes, e o seu sucesso dependerá também da criação eventual de um secretariado específico para o tema, junto da Comissão Europeia. Um facto incontornável é o de que as ONGA nacionais e internacionais desempenham um papel duplamente relevante. Por um lado podem agir como elementos reguladores, procurando salientar possíveis casos de *green-washing* empresarial. Por outro lado, podem elas mesmas agir como parceiras no sentido de tomar o envolvimento do sector privado sensatamente direccionado. Particularmente relevante será, no entanto, assegurar a contínua responsabilização dos governos pelo investimento na conservação da natureza, não podendo nunca permitir-se a transferência de tais responsabilidades para as empresas.

As conclusões obtidas no que se refere ao «*business & biodiversity*» fizeram parte das preparações daquilo que será transmitido e debatido na 9ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para a Diversidade Biológica, em Bona, no próximo mês de Maio.

#### AS OUTRAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Para além dos desenvolvimentos obtidos em torno dos temas que estavam agendados como prioridades, em matéria de política ambiental, outras questões aguardavam desenvolvimento durante o segundo semestre de 2008.

Infelizmente, nestas matérias os resultados não foram tão positivos. Com efeito, o bloqueio à criação de uma Directiva-Quadro dos Solos, por parte da Áustria, França, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido, no Conselho de Ambiente de 20 de Dezembro, desiluiu de forma vergonhosa todos os que vêem como essencial a criação de legislação europeia que proteja eficazmente os solos, recurso essencial à conservação da natureza e à civilização humana, que progressivamente se vem degradando na Europa. Esta degradação resulta, por exemplo, da impermeabilização não regulamentada ou da contaminação por agentes químicos de toxicidade elevada.

No Conselho de Ambiente de Dezembro foi alcançado um acordo através do qual as empresas de aviação comercial passarão a ver integradas as emissões de gases de efeito de estufa provenientes da sua actividade no mercado europeu de licenças de emissão. Não obstante este importante acordo ter sido alcançado, o texto reflecte ainda pouca ambição, pois só irá entrar vigor a partir de 2012.

O *European Environmental Bureau* (EEB), a maior confederação de ONGA na Europa, que em Junho de 2007 lançou um conjunto de 10 desafios tangíveis em matéria de política ambiental à Presidência Portuguesa da UE, procedeu em Janeiro à avaliação do desempenho da Presidência, face a esses desafios, com ajuda de algumas ONGA nacionais. Reconhecidos os aspectos positivos e menos positivos já referidos, sublinhou-se o sucesso nos avanços que visam a redução da utilização do mercúrio e lamentou-se a ausência de acções no sentido de melhorar a implementação da estratégia europeia de desenvolvimento sustentável, bem como o insucesso por parte do Conselho Europeu em estabelecer metas vinculativas para a redução do uso de pesticidas.

#### CONCLUSÃO

O ano de 2007 fica marcado por um conjunto de sucessos e insucessos no que se refere às questões ambientais, tendo a maior parte das atenções centrado-se, indubitavelmente, a nível global, em torno da questão das alterações climáticas e das políticas de energia, e, ao nível europeu, da assinatura do Tratado de Lisboa.

Em Portugal, o desempenho do governo enquanto Presidência do Conselho da União Europeia, não foi tão destacado pela comunicação social no que se refere às questões ambientais, como o foi no que se referiu à reforma das instituições europeias e a outros sectores.

Do ponto de vista da participação pública e da relação da administração com a sociedade civil organizada, é de crer que a Presidência Portuguesa desencadeou a motivação necessária às ONGA nacionais para uma maior intervenção ao nível da política europeia, e terá ajudado a despertar junto das instâncias governamentais a necessidade e a utilidade de um maior envolvimento com a sociedade civil. Os órgãos públicos portugueses são tradicionalmente muito relutantes quanto à partilha de propostas e documentos não terminados, bloqueando dessa forma a oportunidade de influenciar verdadeiramente as decisões finais. No entanto, durante 2008, ambos os lados experimentaram as vantagens que decorrem da partilha de preocupações e responsabilidades. Porém, é de salientar, que todo o processo acabou por envolver um pequeno número de representantes da sociedade civil, dada a pouca atenção dada, em geral, à política europeia. As ONGA regionais ou locais, por exemplo, não estiveram envolvidas e demonstram ainda um escasso conhecimento das principais questões actualmente a serem debatidas pelas instituições europeias. Este facto é também, infelizmente, ainda verdade para o público em geral, que normalmente manifesta pouco interesse pelas questões ambientais, não dando a força e o apoio necessários às ONGA portuguesas que acabam assim por actuar sobretudo na base do voluntariado.

FOGO, AR, INOVAÇÃO,  
RESPONSABILIDADE.

## 4 ELEMENTOS DA LIDERANÇA.

A CUF lidera a indústria química em Portugal. Com uma história que atravessa três séculos, entra agora num ciclo de afirmação global. Com vista a responder aos complexos desafios da sociedade contemporânea, o Grupo CUF reestruturou-se e assumiu uma nova imagem. A mudança simboliza a vontade de continuar a crescer, mantendo os valores da sua tradição de excelência. A este espírito junta-se um dinamismo de constante inovação, aquilo que faz com que o Grupo CUF continue a ser decisivo para o futuro económico de Portugal.



ORIGINAL É O QUE ESTÁ PERTO DA ORIGEM

[www.cuf-sgps.pt](http://www.cuf-sgps.pt)

# ENQUANTO H



Estamos a meio da manhã, dia de sol e temperatura amena. Um bom dia, portanto, para uma caminhada pelo vale do Rio Tua. Vindos de diversas origens, iniciamos o trajecto na estação de comboio, onde podemos observar sinais de decadência por todo o lado. Há um contraste fortíssimo entre o material em uso e o restante património, abandonado, apodrecendo lentamente. Na plataforma, duas malas ao sol aguardam as carruagens que virão na linha do Douro.

Avançamos pela linha, ainda por entre muros e casas. Chegamos à bifurcação das linhas, avançamos pela do Tua, que mostra já ferrugem nos carris, sinal de que não circulam as composições. De facto, assim é desde o acidente no início de 2007. Com o Douro em fundo, o Tua por baixo e a ponte metálica na divisão entre os dois rios, fazemos a primeira paragem e, em conversa breve, uma introdução aos problemas que caracterizam a região. Apresenta-se igualmente um resumo do que pretendemos com o percurso, considerando os patrimónios presentes e as notícias que circulam sobre o futuro desta zona, incluída que está nos planos para uma grande barragem.

Continuamos. A parte inicial do trajecto permite observar a paisagem vinhateira nos montes circundantes. A esta hora, a luz realça as cores avermelhadas das videiras, sinal do avanço do Outono. Deixamos a foz do rio para trás e avançamos vale acima, ao longo da linha, tentando acertar o passo com as travessas de madeira velha, pois caminho propriamente dito não há e as valetas não são praticáveis. Demoramos a acertar o passo. Adiante, a primeira ponte. Atravessamos com a estranheza do vazio que se observa por baixo da estreita plataforma metálica. Alguns comentários divertidos (ou nervosos) sobre vertigens, mas todos atravessam sem problema. Acabada a ponte, um túnel. Aí contrastam as brancas teias de aranha com o ambiente escuro que nos rodeia. É uma localização óptima para estas armadilhas construídas para capturar os múltiplos insectos arrastados pelo vento ao longo do túnel.

Continuamos a avançar, com o Tua à esquerda lá no fundo do vale. Não corre muita água, que o Outono vai seco, mas a cor é acastanhada, típica dos rios da região. Pouco depois, dois e depois mais um, mostram-se corvos-marinhos, subindo o rio em velocidade.

De onde em onde, o nosso guia, o biólogo Paulo Alves mostra uma planta endémica ou conta um episódio sobre as mezinhas preparadas com as espécies típicas da região.

À medida que subimos o vale obtemos a explicação para a estratificação da vegetação nas encostas, porque as azi-

DEFESA DA NATUREZA TEXTO e FOTOS · Paulo Santos | Biólogo FAPAS

# Á TUA, O RIO

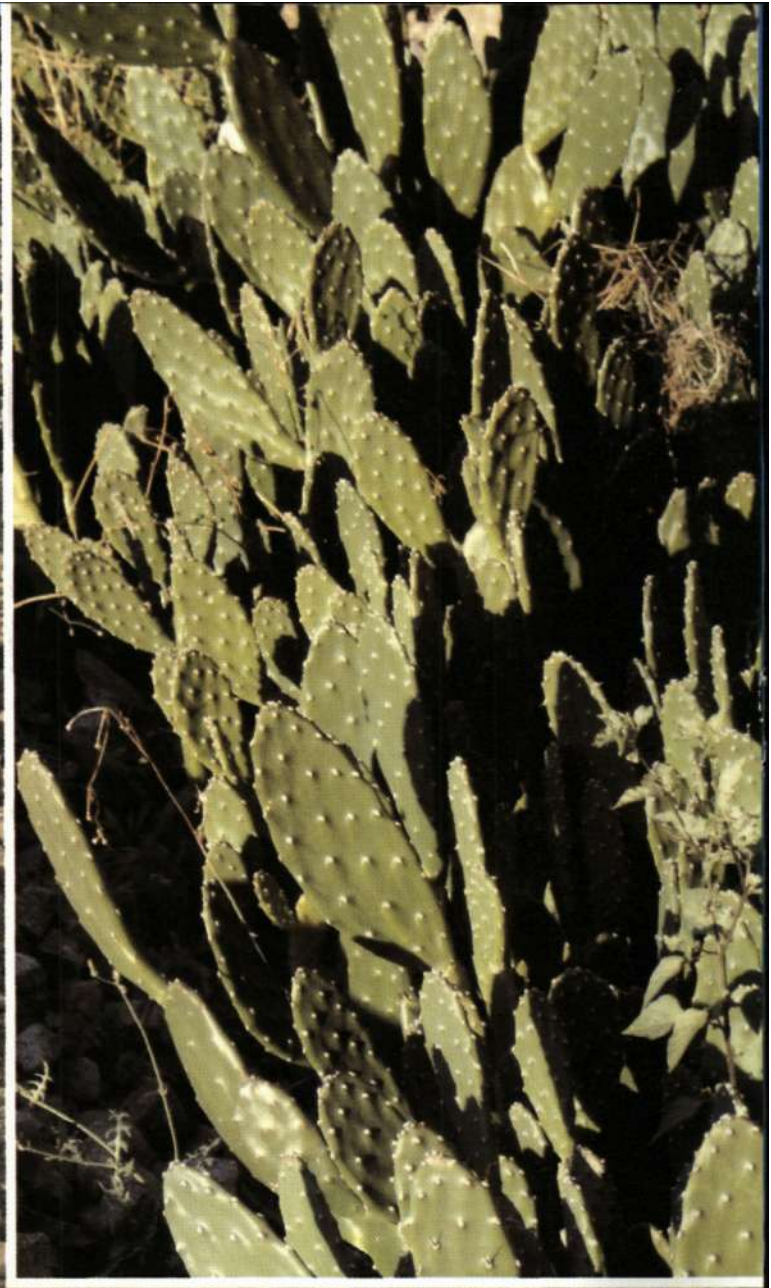


nheiras estão mais abaixo e os sobreiros mais acima. Estas e outras razões que dão carácter ao vale e que lhe conferem singularidade. Compara-se o que vemos aqui com outros vales da região duriense, apontam-se as semelhanças e as diferenças. Sobressai o carácter mais estreito e encaixado deste vale em relação ao do Rio Sabor, aquele que tem recebido mais atenção nos últimos anos, ou mesmo o Rio Côa, tão diferente do que aqui vemos. Antecipamos mais um vale perdido na voragem construtora de barragens, que tudo ameaça inundar, na perspectiva de resolver os problemas sempre do modo mais fácil. Mas regressemos ao Tua e continuemos pela linha. Uma garça-cinzenta levanta voo e afasta-se lentamente uma centena de metros. Repete o processo mais duas vezes de cada vez que nos aproximamos. Passam novamente os corvos-marinhos (ou serão outros?).

Chegamos ao apeadeiro de Tralhariz, memória de um tempo em que todas as terras disponíveis estavam cultivadas e havia gente a habitar as ruínas que agora vemos ao longo do vale. Abandonado, o edifício do apeadeiro tem janelas e portas seladas com blocos de cimento, impedindo o acesso ao interior para usos menos adequados, mostrando quanto e como a região se alterou. Mostra também a falta de visão sobre os vários patrimónios do vale e a falta de aproveitamento dos recursos existentes. Cabe perguntar como é possível não promover um turismo de qualidade usando esta via férrea de elevado valor paisagístico, tal como acontece em muitos lugares deste planeta, contribuindo para o desenvolvimento da região. Adiante.

O sol aquece e o estômago reclama. Aproveitando uma senda antiga, descemos entre ruínas até à margem do Tua. Junto à água, alvéolas-amarelas e um guarda-rios cedem-nos o lugar. Ai, vestígios de lontras e conchas vazias de mexilhão-de-rio e amêijoas-de-rio falam-nos da fauna que não vemos, ao contrário das conspicuas aves (toutinegras, piscos, felosas, verdilhões, pardais e chapins, entre outras) que se mostram ou cantam para nós do alto dos ramos. Pouco visíveis também os peixes, barbos, bogas e escalos, algumas das espécies típicas deste rio, e ainda as espécies exóticas como a perca-sol e o achigã, que mão pouco amiga cá fez chegar sem querer saber dos efeitos negativos destes vorazes peixes no ecossistema. Por falar em exóticas, a amêijoas-de-rio, acima mencionada, também o é, sendo uma espécie de origem asiática que se está a espalhar nos nossos rios. Mais um sinal da uniformização dos ecossistemas.

Entre amieiros, salgueiros e um ou outro plátano que aqui veio parar, abrimos e partilhamos os farnéis.





eles aprenderam a lidar com a natureza e as suas forças.

Numa zona abrigada, uma cascalheira entre as árvores da margem. Vê-se o sinal das águas. Ai, o nosso guia chama a atenção para uma espécie típica de leitos de cheia. É a *Petrorhagia saxifraga*, difícil de observar, de tão pequenas que são as suas milimétricas flores brancas. A sua reduzida dimensão e o habitat tão específico dão-lhe tal invisibilidade que esta rara planta nem nome comum tem. Alguns exemplares de buxo podem igualmente ser observados no fundo do vale, se procurarmos o suficiente. Esta é outra das espécies cuja reduzida área de distribuição leva a que seja cada vez menos abundante, à medida que as albufeiras vão enchendo os vales. Outro sinal de «desenvolvimento».

Acabou o intervalo para almoço e para desfrutar o rio. Subimos a encosta e estamos novamente na linha férrea. Continuamos para Norte e atravessamos mais um túnel. No tecto, duas manchas mais claras destacam-se do negro que as rodeia. São dois ninhos de andorinha-das-rochas. No chão, directamente abaixo deles, dois montinhos de guano mostram que foram usados este ano.

Mais adiante chegamos a uma zona onde é possível observar as raras árvores que dão pelo nome de zelha (*Acer monspessulanum*), ainda esparsas nas zonas durienses menos perturbadas, e ausentes na restante paisagem. Será que a utilização da sua madeira em artesanatos diversos ditou uma exploração insustentável? Mistério.

grafias de grupo, com poses divertidas que a boa disposição continua. Com a aproximação da foz vemos novamente a ponte que cruza o Tua. Enquanto a observamos, coincidência feliz, uma nuvem de fumo denuncia o comboio que a atravessa, numa imagem típica de postal antigo.

E é com a memória cheia de um passado irrepetível, mas rico de patrimónios subaproveitado, deixado em declínio um passado com muitos ensinamentos esquecidos, que chegamos ao ponto de onde partimos de manhã. Será que saberemos fazer a nossa parte para que, mais que ponto de partida para caminhadas instrutivas, a foz do Tua seja o início de um desenvolvimento harmonioso da região, respeitador das boas tradições e do património? Espero sinceramente que sim.



Continuando a interpretar os sinais que nos rodeiam vemos, por cima das nossas cabeças, quase dez metros acima lá bem no alto das árvores que constituem os elementos mais visíveis da galeria ripícola, as marcas da última grande cheia. Impressionante. Imaginamos como podem ser tumultuosas as águas destes rios tipicamente torrenciais. E sublinhamos como estão admiravelmente adaptadas estas árvores e arbustos para resistir a tamanha força das águas. Um tronco morto meio mergulhado na água é a prova de que nem todas conseguem. Não cabe neste pequeno texto abordar as estratégias dos animais aquáticos, peixes, insectos, moluscos, para não serem arrastados rio abaixo, mas não podemos deixar de o referir, pois

Continuamos o caminho e observamos, aqui e ali, alguns dos restantes habitantes do vale. As lagartixas (*Psamodromus algirus*) aquecem-se ao sol da tarde. As enormes aranhas-lobo (*Lycosa tarantula*), caçadoras exímias, esperam a presa seguinte, mas não há que temer pois não são perigosas, como o seu nome possa sugerir. Nuvens de insectos rodam em volta da flores. Estes, para além de cumprirem funções polinizadoras, constituem o prato forte de uma miríade de outros insectos maiores, de aves e de pequenos répteis.

A tarde vai longa e é necessário regressar. Meia-volta e seguimos agora a linha que desce suavemente até à foz. Caminhamos rapidamente e quase sem paragens, mas há tempo ainda para fazer foto-



An aerial photograph of a sandy beach. The sand is light-colored and shows various textures and patterns, including a large, distinct impression of a footprint in the center-right. The ocean is visible on the right side, with gentle waves washing onto the shore.

NATUREZA ACTUAL texto - Helena Freitas | Bióloga Universidade de Coimbra

# A NOSSA



Todos temos, ou vamos tendo, causas que nos mobilizam, em que investimos convicções, a razão e os afectos, e na defesa das quais esgrimimos de forma mais ou menos determinada os argumentos com que acreditamos ganhar adeptos para a nossa causa. Quando argumentamos pela conservação da natureza, é habitual elegermos esta ou aquela espécie, um habitat particular ou um ecossistema como objectivo prioritário. Neste exercício de escolha, quantas vezes pensamos na Terra? Muito raramente reflecti-

vez mais evidente aos olhos de qualquer cidadão mais atento. A extinção de algumas espécies e a vulnerabilidade de outras cuja complexidade é um notável brinde da evolução, confronta-nos diariamente com a nossa própria impotência e com a angústia de uma Humanidade desajustada do seu próprio planeta, da sua casa. As ameaças sobre o planeta são profundas e globais, exigindo uma visão global para ultrapassar o risco de um desequilíbrio irremediável dos sistemas que sustentam a vida na Terra. Neste sentido, a ameaça das alterações climáticas e do seu impacto sobre o planeta – 50% da diversidade biológica da Terra desaparecerá em resultado das alterações do clima ao longo deste século – colocam-nos perante o desafio ambiental e político mais complexo e decisivo para o futuro da Humanidade.

Um olhar honesto sobre o mundo em que vivemos transporta-nos irremediavelmente para

Tudo o que se pode fazer me parece pouco. Tudo o que se pode fazer para impedir que a construção da barragem no rio Baixo Sabor destrua um dos ecossistemas mais significativos de Portugal, tudo o que se pode fazer para garantir a viabilidade da rede Natura 2000 na Europa, incluindo as áreas marinhas, tudo o que se pode ainda fazer para assegurar a certificação florestal e prevenir o comércio ilegal de madeiras exóticas à escala global, ou tudo o que ainda se pode fazer para sustentar a delapidação dos recur-

# A TERRA

## CASA | CAUSA COMUM

mos sobre o nosso planeta enquanto sistema vivo que mantém a dinâmica do conjunto dos elementos que adoptamos de forma independente. Mas num mundo global, a consciência de que os problemas ambientais têm expressão global é cada vez maior; a percepção ecocêntrica do mundo vai ganhando terreno e espero que não deixe de contaminar a reflexão sobre o futuro do planeta e as opções de desenvolvimento.

O empobrecimento biológico da Terra, a degradação generalizada dos sistemas vivos e inerente incapacidade para continuar a oferecer os bens e serviços a que nos habituámos, é cada

a implacável realidade de uma trajectória insustentável. Num mundo profundamente desequilibrado, em que a distribuição da população mundial é essencialmente urbana e maioritária em continentes e países onde se verifica escassez de recursos alimentares, em que se esbanjam os recursos naturais a um ritmo demolidor, onde se contabilizam os maiores problemas de saúde pública, em especial infantil, em que os recursos hídricos escasseiam em quantidade e sobretudo em qualidade, em que a contaminação dos ecossistemas é frequentemente irreversível, em que a fragilidade económica e social convive com a degradação ambiental, como vamos conseguir refrear o ímpeto de um desenvolvimento quimérico e estabelecer regras globais que imponham à Humanidade os limites ao consumo e os princípios de sustentabilidade que o planeta exige?

mos pesqueiros, tudo me parece muito pouco, mesmo muito pouco. É claro que não podemos abdicar desta escala de actuação mas as alterações climáticas confrontam-nos agora com uma ameaça verdadeiramente global, cujo impacto é afinal mais próximo e mais imediato do que supúnhamos. Para vencer esta ameaça, a Terra pede uma resposta política global e uma nova configuração das instituições internacionais com responsabilidade pela política ambiental, no sentido de uma maior concentração e reforço das suas competências.

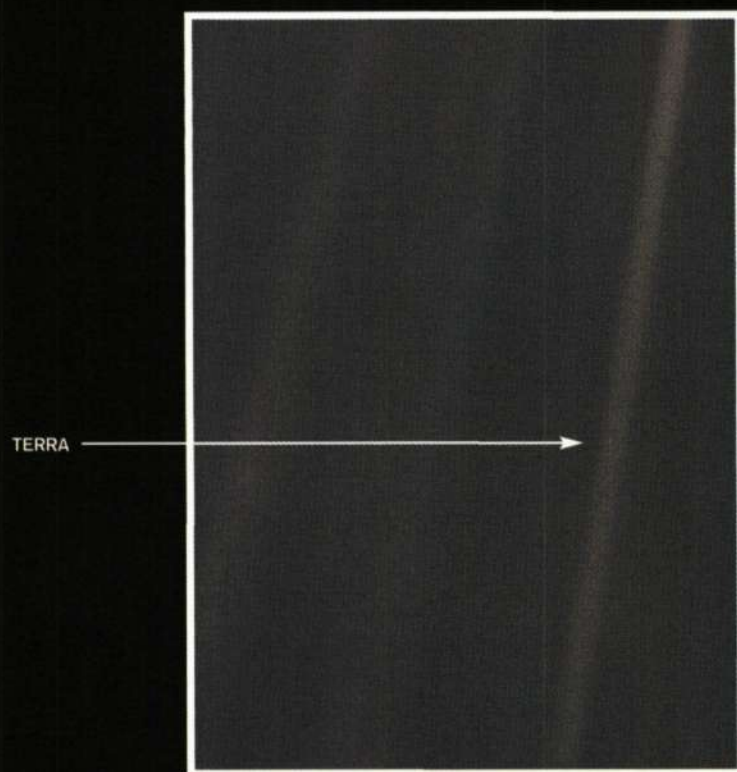
Antes que nos acusem de praticar os mesmos erros daqueles a quem costumamos apontar falhas, é hora da **Hora do Mocho** se retractar e, depois de sete anos de nariz no ar, debruçar-se sobre um astro que, no meio de *billions and billions* (Carl Sagan, 1934-1996) de outros, passa quase despercebido...

Um astro aproximadamente esférico, com um raio de cerca de 6360 km, uma densidade 5,5 vezes superior à da água, um núcleo quente com um pouco menos de 3500 km de raio. Uma superfície sólida, coberta, em algumas regiões, por uma massa de líquido transparente, e uma orografia complexa de vales encaixados, protuberâncias, abismos e planaltos, alcançando um desnível total que atinge quase os 20 km. Tão importante é a presença desse líquido no astro que se convencionou medir as distâncias verticais em função do nível da superfície desse líquido. Assim, a região de maior distância vertical para baixo (ou seja, profundidade) situa-se a 11 km em relação ao nível da superfície desse líquido, e a de maior distância para cima a cerca de 8850 m.

Envolve esse astro uma camada gasosa composta maioritariamente por azoto (78%) e por oxigénio (21%). A massa total dessa camada é de cerca de  $5 \times 10^{26}$  kg (isto é, cinco triliões de quilogramas). Possui um astro mais pequeno a orbitá-lo em 27,3 dias. Mas, por sua vez, orbita ele próprio em torno de um astro com um raio 109 vezes maior, no caso, uma estrela. Fá-lo em 365,2 dias. Ah, e ele próprio roda em torno de um eixo – ligeiramente inclinado (cerca de 23°) em relação ao plano da sua órbita – em 23h56'.

Claro, estamos a falar do planeta Terra. E do mar. E do ar. E a **Hora do Mocho** resolveu render-lhe uma homenagem, já que se trata do único astro que todos os homens menos doze alguma vez pisaram (não, caro leitor, se numa tentativa de contradizer a Hora do Mocho já pisou ou acaba de pisar um fragmento de meteorito, saiba que não entra por isso para a História como entraram os astronautas das missões à Lua).

Formado ao mesmo tempo que o restante Sistema Solar, há 4,5 mil milhões de anos, o



\* A Terra no dia 6 de Junho de 1990, vista a mais de 6 mil milhões de quilómetros pela sonda Voyager. Carl Sagan chamou a esta fotografia «Pale Blue Dot». A esta distância, de facto, a Terra, o «nosso» «grande» planeta, mais não é que um palido ponto azulado... (As riscas que se observam na imagem são artefactos). Crédito: NASA/JPL

\* A Terra e a Lua vistas de Marte, pela missão Mars Reconnaissance Orbiter (MRO), no dia 3 de Outubro de 2007. A foto foi obtida com uma câmara de alta resolução, quando Marte se encontrava a uma distância de 142 milhões de quilómetros da Terra. Crédito: NASA/JPL-Caltech/University of Arizona

# NOSSO?!!

«nosso» planeta – e ei-lo, o antropocentrismo a funcionar –, não passa de uma insignificante partícula no Sistema Solar e, por maioria de razão, no Universo. Insignificante, a menos de um facto notável: a vida. Tanto quanto actualmente se sabe, só a Terra, no Sistema Solar, parece albergar vida. Estranho seria, porém, se fosse o único planeta ou corpo celeste a possuir esse dom. Poderemos nunca vir a descobri-la noutras paragens (ou porque não existe ou não existiu no restante Sistema Solar, ou porque os outros planetas orbitando noutros sistemas estelares estão tão distantes de nós que nunca os conseguiremos alcançar) ou podemos vir a descobri-la casualmente já amanhã. Pouco provável, amanhã, é verdade, mas só há relativamente pouco tempo se perscruta de forma consistente e sistemática por outras formas de vida fora da Terra, seja por exploração planetária seja por detecção de emissões electromagnéticas extraterrestres (o projecto SETI, Search for Extraterrestrial Intelligence, por exemplo), pelo que as hipóteses de o conseguir aumentam a cada dia que passa. Dito de outra forma, só há algumas décadas iniciámos essa pesquisa e, se alguma sorte (nenhum cataclismo cósmico ou biológico nos atingir) e sabedoria (não nos autodestruirmos) se mantiverem do nosso lado, temos ainda uns milhões de anos pela frente para continuar as pesquisas e tempo para esperar as respostas de missões espaciais não tripuladas em direcção a planetas que se suspeite poderem ser habitados por alguma forma de vida. Tempo que pode ser de dezenas, centenas ou milhares de anos. São projectos a muito longo termo para que nos teremos de preparar (para exemplos de outro tipo de projectos a muito longo termo, veja-se <http://www.longnow.org>). Mas, dada a ânsia de conhecimento, por certo inevitáveis.

Dado o nosso historial de guerras e massacres, para outras formas de vida que venhamos a descobrir deixemo-nos de imagens literárias ou cinematográficas de seres hediondos que nos podem destruir: somos nós o terror. Se existir vida inteligente com preocupações (bizarras, é certo) como alguns humanos têm, temendo uma invasão alienígena, somos nós as personagens dos seus pesadelos, mesmo que não saibam qual o nosso aspecto físico. Está-nos no sangue, não só no que fazemos a outras espécies, como pelo que fazemos à própria espécie. Mas já estamos aqui a intrometer-nos por caminhos alheios.

Inevitavelmente, lá divagou a **Hora do Mocho** pelos confins do Universo. Mas por uma razão justificada. Para lembrar que o planeta que usamos e de que abusamos é limitado, pequeno, afastado de qualquer outro lugar alternativo.

Vivemos uma época que podemos considerar crítica no que respeita a opções para o futuro. O planeta, como ser inanimado, não é preocupação. Podemos alterar-lhe a composição atmosférica,

desencadear mais furacões, aquecê-lo, furá-lo, revirar-lhe as entranhas, rasgá-lo, agredi-lo com todo o arsenal nuclear disponível, que «ele» não se importa. Continuará a girar em torno do seu eixo sensivelmente no mesmo período que tem agora e a orbitar em torno do Sol no mesmo tempo que agora leva. Podemos contaminar os rios e o mar com toda a espécie de poluentes orgânicos e inorgânicos, fundir a calote polar e todos os glaciares ou superfícies geladas. Ao planeta isso não aquece nem arrefece. A preocupação é, evidentemente, e dada a súbita extensão do desenvolvimento civilizacional, a vida - animal (onde nos incluímos) e vegetal - tal como a conhecemos e tal como vem sendo há centenas de milhares de anos, com as suas lentas mutações ou extinções. Estão a deixar de ser lentas, graças a nós. Depois dos microorganismos primordiais e das plantas que terão contribuído para gerar a atmosfera terrestre tal como ela é, deveremos ser a primeira espécie a provocar mutações tão grandes, com tanta influência no planeta, que alguns investigadores britânicos (Jan Zalasiewicz et al., GSA Today: v. 18, no. 2, doi: 10.1130/GSAT01802A.1) já atribuem ao Homem a façanha de ter ele próprio sido

capaz de, em tão poucos anos, dar início a uma época geológica que sucede à que até aqui vigorava, o Holoceno. Chamam-lhe o Antropoceno. Argumentam os investigadores que, graças ao uso maciço dos recursos naturais e às marcas, detritos, sedimentos que, por via da poluição, o Homem está a deixar atrás de si, de futuro qualquer estudo da história geológica da Terra será capaz de identificar o actual período de intensas transformações topográficas, geológicas, climáticas e dos ecossistemas executadas pelo Homem como uma viragem significativa da evolução da Terra. Para o bem e para o mal, estaremos então a participar na história da Terra. Preocupante é simultaneamente não sabermos parar nem onde vamos parar.

À **Hora do Mocho** assentou, então, por esta vez, os pés na Terra. Porque os leitores da **Tribuna da Natureza** são sensíveis a estas questões, esta deambulação do nosso estrigídeo favorito foi perdoada – estamos confiantes! – e o Mocho partirá de novo para explorar outras paragens remotas nas próximas edições. Que magníficas aventuras nos trará então...? Perdão, é o entusiasmo de mais uma partida...

## O SISTEMA SOLAR NESTE TRIMESTRE

Começamos pelos madrugadores, que poderão ainda ver Vénus já não «ao romper da bela aurora» mas pouco antes do Sol nascer, no horizonte Este, no início de Abril, e que irá mergulhando em direcção à «nossa» estrela – de novo o antropocentrismo, que se há-de fazer? – para deixar de ser visível em Maio (surgirá no lado oposto do céu em Agosto).

Júpiter aparece depois da meia-noite, também a Este, e vai subindo noite fora, tornando ainda mais interessante a região em torno da constelação de Sagitário. Terá uma magnitude de aproximadamente -2 e, como sempre lembramos, um cortejo de satélites orbitando-o, os quatro maiores (Ganimedes, Calisto, Io e Europa) visíveis com um binóculo.

Saturno está muito bem posicionado, bem alto no céu, na constelação de Leão, decrescendo ligeiramente de brilho ao longo do trimestre (de 0.5 a 0.8, aproximadamente). Se dispuser de um telescópio, não deixe de o apontar para Saturno. Mesmo com pequena ampliação pode aperceber-se da forma alongada do planeta, devido aos seus anéis. Se o telescópio for de dimensão razoável, é sempre um espectáculo recomendado. Dê preferência a noites de pouca turbulência atmosférica.

Mercúrio tem um encontro com um fino crescente da Lua no dia 6 de Maio, fenómeno visível a ONO a partir de cerca de 45m depois do pôr do Sol. Não deixe de tentar observá-lo, recorrendo para tal a um binóculo, de preferência. Dada a luminosidade àquelas baixas altitudes, poderá não ser fácil encontrar os astros. Quando o conseguir, aponte o binóculo um pouco mais para baixo e, à esquerda, talvez consiga ver as Plêiades, prestes a mergulhar no horizonte – «talvez», porque as frequentes neblinas àquela altitude dificultam a visibilidade.

Marte vagueia entre a constelação dos Gémeos e Caranguejo, de Abril a Maio, aproximando-se do planeta Saturno na abóbada celeste. Visível a Oeste depois do crepúsculo da tarde, não está particularmente conspicuo (magnitude superior a 1.2) nem com um tamanho aparente grande, ao telescópio, dado encontrar-se para lá do Sol (relativamente à Terra) na sua órbita. Mas terá uma passagem a não perder, no dia 22 de Maio, sobre o aglomerado do Presépio (M44), na constelação do Caranguejo. Observe com um binóculo ou, melhor, com um telescópio – poderá ter uma sensação do tipo *sci-fi movie*, com um planeta envolto num conjunto de estrelas brilhantes. São fenómenos como este que fazem os astrónomos amadores voltar, noite após noite, a observar e fotografar o céu, porque não se esquecem.

# Clássicos Georges Perkins Marsh O primeiro ambientalista

Uma vida longa e multifacetada. Os mais diversos interesses e experiências. Um conhecimento polivalente a fazer lembrar um sábio renascentista. A este homem, que alguns consideram o pai do movimento ambientalista, deve-se a primeira obra de grande envergadura sobre a acção do homem na natureza. Nela se encontram perspectivas que, passados cerca de 150 anos, surpreendem pela actualidade e premonição.

## UM HOMEM DE GRANDE VERSATILIDADE

George Perkins Marsh nasceu em 1801 em Woodstock, Windsor, no estado de Vermont, e viria a falecer em 1882, em Itália. Era originário de uma família abastada do vale do Connecticut. O pai foi parlamentar (membro do Congresso) e advogado destacado. Apaixonado pela leitura desde a infância, aos oito anos viu-se temporariamente impedido de ler devido a graves problemas de visão, de que nunca se restabeleceria inteiramente. A sua instrução posterior foi então em grande parte adquirida por via auditiva, tendo desenvolvido uma excepcional memória, e por experiência directa do mundo.

Foi assim que começou o seu interesse pelo estudo da natureza, ocupando o tempo com longos passeios pelos bosques, durante os quais se interrogava com enorme curiosidade sobre tudo o que via. Manteve essa atitude intelectual ao longo de toda a vida e tornou-se um estudioso polivalente, tendo adquirido conhecimentos notáveis em filologia, etimologia, estudo dos répteis, arte da gravura, música, piscicultura, gramática comparativa, fisiognomia, geografia.

Em 1820, quando adquiriu o seu grau universitário, conhecia já bem seis línguas, domínio da sua primeira formação. Viria aliás a tornar-se um grande especialista da história da língua inglesa e das línguas escandinavas, em especial do islandês. Desinteressado do ensino, estudou depois direito com o pai e passou a exercer a advocacia a partir de 1825.

Dez anos mais tarde iniciou-se na carreira política, tornando-se, no seu estado do Vermont, uma espécie de senador. Em 1843 foi eleito para o Congresso americano, em Washington, e nele permaneceu até 1849. Mais tarde, depois de várias experiências mal sucedidas no mundo dos negócios, enveredou pela diplomacia, tendo sido embaixador na Turquia, onde permaneceu até 1854. Depois de uma curta passagem pelo ensino da filologia (Columbia, 1858 e 1859; Lowell Institute, Boston, em 1859 e 1860), foi nomeado por Lincoln, em 1861, embaixador americano no recentemente criado reino de Itália, e nesse posto permaneceria até à morte, tendo sido o diplomata americano de mais longo exercício (1861-1882). Morreu em Vallambrosa, perto de Florença, e foi sepultado no cemitério protestante de Roma.

## UMA OBRA FUNDADORA

Foi em Itália que escreveu grande parte da obra pela qual viria a ser considerado a primeira fonte inspiradora do movimento ambientalista. Tendo viajado por todo o mundo mediterrâneo, G. P. Marsh ganhou a convicção de que a civilização humana tinha transformado profundamente o mundo natural mas ao preço de consequências desastrosas, visão

bem patente na sua obra *O Homem e a Natureza* (*Man and Nature*), publicada em 1864. O facto de a obra ter sido escrita quase inteiramente em Itália parece ter sido decisivo, na medida em que Marsh se teria inspirado grandemente na maneira italiana de sentir a terra e na paisagem italiana.\*

Embora tivesse escrito algumas outras obras notáveis (sobre a gramática do islandês, sobre a origem e história da língua inglesa) e outras algo extravagantes (sobre o camelo e sua introdução nos desertos dos Estados Unidos, sobre santos e milagres medievais e modernos), Marsh é hoje lembrado basicamente por essa sua grande obra, fundadora da história ecológica e ambiental da humanidade. Inicialmente, tinha pensado chamar-lhe *O Homem, Perturbador das Harmonias da Natureza*. Numa segunda edição, revista e publicada em 1874, com base na tradução italiana dada à estampa em 1870 em Florença, aliás preparada por ele próprio, dar-lhe-ia um título mais explícito – *A Terra Modificada pela Acção Humana: O Homem e a Natureza* (*The Earth as Modified by Human Action: Man and Nature*).\*\*

O livro constitui provavelmente a primeira abordagem dos problemas ecológicos modernos, mostrando que os seres humanos não são habitantes passivos da Terra, mas moldam o seu aspecto e a sua forma. Daí decorre a noção de que nós, seres humanos, somos responsáveis por ela. Os geógrafos da época, como Arnold Guyot e Carl Ritter, pensavam em geral que o aspecto físico da Terra resultava inteiramente de fenómenos naturais, como as montanhas, rios e oceanos. Marsh terá sido o primeiro a descrever a interdependência das relações

TEXTO • J. Dias Marques coordenador da revista *Ar Livre*

## CLÁSSICOS DA NATUREZA 16

# Marsh Natureza americano

ambientais e sociais. Encontra-se já nele a ideia precursora de que a humanidade se tornara uma força geológica, em muitos aspectos destrutiva, que viria a ser posteriormente salientada por numerosos estudos das ciências da terra e da ecologia.

No prefácio à segunda edição, refere a obra do geógrafo francês Elisée Reclus, *La Terre*, entretanto publicada (Paris, 1868), que qualifica de admirável e cujo segundo volume «tratou, de forma geral, o assunto que analisei». Diz porém que Reclus se dedicou mais aos aspectos de conservação e restauração do que ao aspecto destrutivo da actividade humana, embora considerando as duas obras como complementares. Vê-se assim que estava consciente da sua originalidade ao centrar o seu pensamento nas relações entre civilização e destrutividade. Poderia arriscar-se que, de certo ângulo, antecipou Freud.

### UMA REAVALIAÇÃO RECENTE

Sua segunda mulher, Caroline Crane Marsh, publicou um primeiro volume de *Vida e Cartas de George Perkins Marsh* (Nova Iorque, 1888), mas o segundo volume nunca veria a luz do dia. Não obstante, constitui a primeira fonte para o conhecimento da vida de Marsh. Modernamente, deve-se a David Lowenthal uma extensa biografia – *George Perkins Marsh, Profeta da Conservação da Natureza* (*George Perkins Marsh, Prophet of Conservation*) – publicada em 2000 em Seattle (University of Washington Press), depois de, já em 1958, ter publicado uma primeira biografia – *Um Versátil Filho do Vermont* (*Versatile Vermonter*).

Ao contrário de alguns críticos actuais de

Marsh, Lowenthal defende que o pensamento ambiental deste era muito próximo do de Henry David Thoreau (ver *Clássicos da Natureza* in *Tribuna da Natureza* n.º 7). Se bem que partilhassem ambos um profundo amor da natureza, segundo este biógrafo seriam tanto um como outro filosoficamente antropocêntricos e ambos influenciados pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt. Lowenthal assinala ainda outras facetas do seu biografado: a preocupação com os trabalhadores, com os direitos das mulheres e com a perspectiva histórica da curadoria ou protecção da natureza.

### UM PENSAMENTO ANTROPOCÊNTRICO MITIGADO

O seu pensamento caracterizou-se pela união do idealismo com o sentido prático, possivelmente influenciado pela versão do transcendentalismo de Emerson e de Thoreau, elaborada por seu primo James Marsh.

Ao seu inquestionável amor da natureza, dos animais, plantas e do mundo que ocupam, juntava a ideia da primazia da civilização humana, embora a visse ameaçada pelos seus próprios excessos e destrutividade. A sua perspectiva era antropocêntrica, mas de um antropocentrismo mitigado pela consciência dos excessos humanos. Segundo ele, o homem tinha o direito e o dever de agir como curador da natureza, a responsabilidade moral de dar a esta uma forma que satisfizesse as necessidades humanas, mas precavendo simultaneamente uma herança para as gerações futuras. Para ele, é certo que uma civilização avançada exigia o con-

trolo da natureza. Mas, ao contrário da crença popular moderna, já então assinalava que os recursos de um país, ainda que abundantes, são sempre finitos.

O seu antropocentrismo não o impediu de afirmar que poucos de nós, seres humanos, poderíamos pretender igualar uma personalidade tão valiosa como a de um provento carvalho. Mas considerava inevitável a interferência do homem na harmonia da natureza: deveríamos aprender a interferir nela como zelosos curadores e não como vândalos.

Marsh faz na sua obra um inventário do assalto do homem à natureza: desflorestação, que poderia conduzir à desertificação, construção de canais, poluição da água. Via a floresta como um regulador que estabilizava e moderava a natureza em benefício de todos os ecossistemas circundantes. A sua importância para o regime hídrico primava sobre o valor económico assente directamente na extracção de madeira.

Não era de facto um antropocentrista típico. Admirava «as tradições populares dos povos mais simples» que «reconhecem uma certa comunidade de natureza entre o homem, os animais irracionais e até mesmo as plantas». Nisso parece aproximar-se e antecipar-se à ideia de «comunidade da Terra» que Aldo Leopold (ver *Clássicos da Natureza*, TN n.º 3) viria a pôr no centro da Ética da Terra no seu famoso livro *The Sand County Almanac*. Para Marsh, na tarefa de restaurar a fertilidade da terra, o pioneiro que a cultiva deve tomar-se um **cooperador** com a natureza, ajudando-a a voltar a cobrir as vertentes montanhosas com florestas e húmus vegetal, restaurando assim as fontes que a natureza providenciou para as irrigar.

### PROJECCÃO

O seu grande livro *O Homem e a Natureza* influenciou a criação de reservas florestais e do sistema florestal dos Estados Unidos. Teve igualmente um papel na criação do parque natural de Adirondack [Estado de New York, 1882]. Também noutros países, inclusive na Europa, a sua influência se fez sentir, em especial nos meios profissionais florestais.

Como erudito e homem de acção, ajudou a fundar a Smithsonian Institution e teve papel relevante na orientação e investigação desta importante instituição no domínio da ciência.

O seu nome, juntamente com o de Frederick Billings, ficou associado ao Parque Histórico Nacional Marsh-Billings, situado em Woodstock, no Vermont. É uma floresta de 550 acres (2,2 km<sup>2</sup>), um dos bosques da América dotado ininterruptamente de um dos mais antigos planos de gestão. O parque trabalha juntamente com o museu que lhe está anexo, apresentando exemplos históricos e contemporâneos de conservação e protecção da natureza e expondo a vida e contribuições dos seus dois inspiradores.

No final dos anos 1880, os papéis e escritos de G.P. Marsh foram doados pela viúva, Caroline Crane Marsh, à Universidade de Vermont.

Continua na última página

# TRIBUNA neste inverno em poucas palavras...

## Águias de Bonelli em Portugal

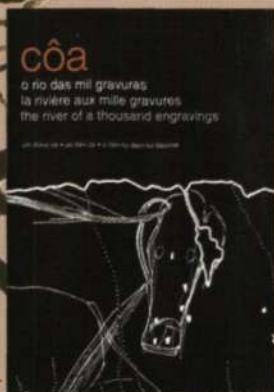


é o novo título da colecção editada pela Má Criação sobre espécies de vida selvagem. São autores deste terceiro volume (depois de *Abutres de Portugal e Espanha* e *Lobos em Portugal*)

Paulo Caetano, texto, e Joaquim Pedro Ferreira e João Cosme, fotografias.

Profusamente ilustrada, com cerca de 200 páginas, nesta obra (inédita, no que se refere ao tema) desenvolvem-se com detalhe as questões em torno do *status* de uma das mais belas e também ameaçadas aves-de-rapina que ocorrem em Portugal. *Histórias com águias, O território das águias, A vida das águias, Alerta pelas águias* e *Um céu com águias*, são os títulos dos capítulos que objectivamente nos remetem para uma apresentação da espécie, para os factores que a ameaçam e para o acompanhamento do trabalho de quem se envolve na missão de impedir que estas águias desapareçam dos nossos céus. É mais uma iniciativa editorial dedicada à conservação da natureza em Portugal e por isso muito bem vinda, com o valor acrescido de ser prefaciada pelo escritor moçambicano Mia Couto.

## Côa: o rio das mil gravuras



Às vezes é assim. Uma decisão difícil e acertada em prol do património, neste caso cultural (histórico e artístico) mas com benefícios evidentes no natural e que muito gostaríamos fosse replicada no Sabor,

no Tua, no Paiva... Falamos de Foz Côa e da suspensão das obras da barragem do Baixo Côa – medida rara seja em que contexto for, nacional ou internacional – em favor da preservação das gravuras rupestres encontradas no vale do Côa. Passando fugazmente pela então polémica decisão, é sobretudo à arte gravada no Côa (figuras animais ou antropomórficas, o imaginário pré-histórico) e à sua contextualização na paisagem que o documentário «Côa, la rivière aux mille gravures» dá destaque. Realizado por Jean-Luc Bouvret numa parceria franco-portuguesa, conta com a participação de, entre outras, arqueólogos e historiadores que nos dão uma visão da extraordinária arte pré-histórica figurada nas rochas em especial durante o longo período do Paleolítico superior. Ficamos a perceber a ambiência arqueológica dos achados, as técnicas utilizadas e, para quem tivesse dúvidas, a relevância desta descoberta não só pela qualidade como pela quantidade e pela extensão, o que levou a UNESCO a classificar os sítios rupestres como Património da Humanidade. Foz Côa ajudou os investigadores a compreender que, contrariamente ao que se julgava, as pinturas ou gravuras nas grutas profundas (Lascaux, Altamira, Niaux, Cosquer, Chauvet...) não seriam a regra mas antes a excepção, sendo mais provável a representação em ambientes de ar livre. Condições excepcionais permitiram que estas sobrevivessem à erosão.

Um filme de 52 minutos recomendado, que teve já difusão no canal 2: da RTP e em várias televisões europeias, premiado também em vários festivais internacionais de cinema documental e científico e que, à data da edição da presente revista, já deverá poder ser adquirido numa versão em DVD. Aproveitamos para lembrar que a **Tribuna da Natureza** nº13, Inverno de 2003, se dedicou à fauna plis-tocénica do Vale do Côa, num artigo de António Martinho Baptista.

# FORMATAVA

NATUREZA NOTÁVEL

TEXTO E FOTOGRAFIA • Luis Rodrigues • Luisa Marques  
Crangão de árvores • Bióloga

## O CASTANHEIRO DE AGROCHÃO

Este exemplar de Castanheiro, (*Castanea sativa*, Miller), está situado no lugar de Alto de Malhões, freguesia de Agrochão, concelho de Vinhais. Tem 10,8 m de perímetro (a 1,3 m do solo), 22 m de diâmetro de copa e cerca de 19,5 m de altura e está classificado como «árvore de interesse público» desde 2001.

Esta árvore apresenta uma sintomatologia que nos indica ser a doença da tinta, que vem afectando os castanheiros um pouco por todo o país. É uma doença caracterizada por afectar desde a raiz até às folhas, conferindo ao lenho uma tonalidade violácea escura, após a remoção da casca, podendo surgir um líquido escuro, sintoma que deu o nome vulgar à doença, apresentando as árvores afectadas partes da copa seca, alguns ramos mortos e folhagem menos densa.



## A TRIBUNA DA NATUREZA NA FNAC

No dia 5 de Novembro de 2007 a **Tribuna da Natureza** deu um novo passo no alargamento dos seus postos de venda. Passou desde então a ser comercializada na loja **FNAC** - Sta. Catarina, na Baixa do Porto. A data foi marcada pela apresentação do número 28 da **TN** no Fórum daquela loja, sessão muito participada que contou, na mesa, com a presença do nosso colaborador de sempre, José Carlos Marques (Edições Sempre-em-pé, coordenador da revista Ar Livre, fundador da associação Campo Aberto), para apresentação dessa edição, e com a direcção da **Tribuna**, numa sessão moderada por Paulo Santos (FAPAS). A convite da **FNAC** - Sta. Catarina suceder-se-ão novas apresentações aquando de futuras edições, e esperamos poder contar com a presença do maior número possível de leitores pelo que fica desde já feito o convite (os eventos serão publicitados na página internet do FAPAS, [www.fapas.pt](http://www.fapas.pt)).



a vida selvagem nas quatro estações  
**TRIBUNA da NATUREZA PRÓXIMA PRIMAVERA**

► Somiedo terra de Ursos

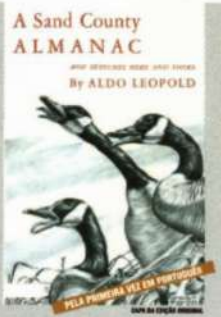
## O mais debatido clássico da ecologia

ALDO LEOPOLD

TÍTULO DA TRADIÇÃO PORTUGUESA

**PENSAR COMO UMA MONTANHA**

Reserve já sem compromisso o seu exemplar ao preço especial de lançamento



A ÉTICA DA TERRA  
NATUREZA, VIDA SELVAGEM E CULTURA  
ESTÉTICA DA CONSERVAÇÃO

## PENSAR O NOSSO FUTURO COMUM:

A SUSTENTABILIDADE DAS NOSSAS SOCIEDADES

DOIS NOVOS LIVROS ESTIMULAM REFLEXÃO E DEBATE EM VÁRIAS CIDADES DO PAÍS



*Transformar a Economia* - Desafio para o terceiro milénio, de James Robertson, e *Criar Cidades Sustentáveis*, de Herbert Girardet, são as duas primeiras edições da série **Cadernos SCHUMACHER para a Sustentabilidade** a ser lançadas em português. Os dois livros serão apresentados num debate alargado e aberto ao público nas cidades de Aveiro, Braga, Vila Real, Miranda do Douro, Coimbra, Lisboa e Porto, durante os meses de Maio e Junho do corrente ano. A edição é da responsabilidade das Edições Sempre-em-Pé ([www.sempreempe.pt](http://www.sempreempe.pt)) com o apoio de projecto [ciudadesustaveis.info](http://ciudadesustaveis.info). Em cada cidade há ainda o apoio de associações ou instituições locais, oportunamente divulgadas, bem como conferencistas locais que apresentarão cada um dos cadernos.

**FRIEDRICH SCHUMACHER** é o autor de uma série de livros que aborda todos os aspectos relevantes na busca da sustentabilidade, no sentido da sua definição de um desenvolvimento sustentável e humano e ao ambiente. Erich Friedrich Schumacher (1911-1977) foi um das primeiras pessoas a falar de desenvolvimento sustentável. O seu contributo especial foi o de explicar que a sustentabilidade não é apenas um conceito técnico e científico, mas também um conceito ético e filosófico, e que a sustentabilidade é a capacidade de manter o bem-estar e a qualidade de vida das gerações futuras. A sua obra mais conhecida, que chegou rapidamente a celebridade, intitulada *Small is Beautiful*, é ainda precisamente esse conceito.

**INFORMAÇÕES PARA RESERVA (TRADIÇÃO PORTUGUESA)**

A partir de Outubro-Novembro de 2007, será consultado para confirmação da encomenda. Caso a confirmação, envio e o envio será solicitado e pago.

Para reservar, envie agora os dados abaixo solicitados pelo email: [contacto@sempreempe.pt](mailto:contacto@sempreempe.pt) pelo fax: 229 799 582 por correio em papel: J.C. Costa Marques, Editor (Edições Sempre-em-Pé) Rua Camilo Castelo Branco, 70/2, 4425-027 - Águas Santas

**Sim! Reserve sem compromisso um exemplar das obras abaixo assinaladas**

**Pensar como uma Montanha / Aldo Leopold**  
preço especial de lançamento: € 13,00

**O Mistério da Terra Verde / Ely Paloniçou**  
preço especial de lançamento: € 8,00

Nome da pessoa que encomenda: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Código postal e localidade: \_\_\_\_\_  
Número de contribuinte (necessário): \_\_\_\_\_  
Telefones: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
Email (para envio): \_\_\_\_\_

**INFORMAÇÕES PARA ENCOMENDA**

Se não puder ir à apresentação/lançamento numa das cidades assinaladas, onde poderá adquirir a conjunto dos dois livros a um preço especial, pode encomendar nos livros ou enviar o código abaixo:

por email: [contacto@sempreempe.pt](mailto:contacto@sempreempe.pt) pelo fax: 229 799 582 por correio em papel: J.C. Costa Marques, Editor (Edições Sempre-em-Pé) Rua Camilo Castelo Branco, 70/2, 4425-027 - Águas Santas

**Encomenda:** gostaria de receber o/s exemplar da/s obra/s abaixo assinalada/s

**Transformar a Economia / James Robertson**  
€ 8,00

**Criar Cidades Sustentáveis / Herbert Girardet**  
€ 8,00

Nome da pessoa que encomenda: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Código postal e localidade: \_\_\_\_\_  
Número de contribuinte (necessário): \_\_\_\_\_  
Telefones: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
Email (para envio): \_\_\_\_\_

## ENCONTROS IMEDIATOS NA NATUREZA

**Registo TN 40 Lobo-Ibérico (*Canis lupus signatus*)**

**Data:** 2007.Dezembro.08

**Local:** Serra da Peneda, Parque Nacional da Peneda-Gerês.

**Hora e duração:** 10h 20 m, durante escassos segundos.

**Distância:** a cerca de 50 metros.

**Condições atmosféricas:** tempo cinzento, com nevoeiro nos cumes da serra.

**Observadores:** Miguel Dantas da Gama.

**Outros dados:** numa das pequenas leiras que ladeiam o caminho que atravessa uma branda da Serra da Peneda comecei por ver pouco mais que a cauda do que eu pensava ser um pastor alemão da aldeia vizinha, fugindo. Desapareceu rapidamente no meio de uns carvalhos que separam dois socalcos. Apontei para lá o binóculo e vi então a cabeça de um lobo (vestido de Inverno, mais cinzento e volumoso) olhando-me fixamente! Desapareceu logo a seguir. Mais tarde, uma residente disse-me que pelas 9h30m tinha ouvido um grupo a «ubiar» na encosta do outro lado do rio. "Foi medonho". Uma semana depois (15 Dezembro) avistei de novo um lobo, na mesma zona. Desta vez muito mais afastado

Se possui observações relevantes de espécies selvagens (fauna e flora) ou situações insólitas que as envolvam, escreva-nos, indicando todos os elementos possíveis para a melhor caracterização do encontro. A sua informação, individualmente importante, revelar-se-á mais ainda quando cruzada e confrontada com outras.

O George Perkins Marsh Research Center (centro de investigação) facilita o acesso a transcrições e imagens de cartas seleccionadas dentre a correspondência de Marsh e efectua estudos sobre o seu espólio, incluindo cartas depositadas na Universidade de Vermont e noutras instituições.\*\*\*

## DESTRUTIVIDADE DO HOMEM E CIVILIZAÇÃO

No prefácio à primeira edição de *O Homem e a Natureza*, G. P. Marsh formula logo de início as bases do que, cerca de século e meio mais tarde, será consagrado como o Princípio da Precaução, além de antecipar em parte a Avaliação de Impacto Ambiental:

*O objecto do presente volume é o seguinte: indicar o carácter e, aproximadamente, a extensão das transformações produzidas pela acção humana nas condições físicas do globo que habitamos; assinalar os perigos da imprudência e a necessidade da precaução em todas as operações que, em larga escala, interferem com a disposição espontânea do mundo orgânico ou inorgânico; sugerir a possibilidade e a importância de restaurar as harmonias perturbadas e o melhoramento material das regiões ermas e exauridas; e, de passagem, ilustrar a doutrina segundo a qual o homem é, quer em espécie quer em grau, uma força de ordem mais elevada do que quaisquer outras formas de vida animada que, como ele, são alimentadas à mesa da natureza magnânima.*

A secção intitulada **Destrutividade do Homem** começa assim:

*Há muito que o homem esqueceu que a Terra lhe foi dada apenas para usufruto, não para ser consumida, menos ainda para ser esbanjada dissolutamente. A natureza providenciou por forma a evitar a destruição absoluta de qualquer da sua matéria elementar, a matéria-prima das suas obras: o raio e o tornado, os mais convulsivos estertores até mesmo do vulcão e do terramoto, não passam de fenómenos de decomposição e de recomposição. Mas ela deixou em poder do homem a capacidade de perturbar de modo irreparável as combinações da matéria orgânica e da vida orgânica, que ao longo da noite dos tempos ela tem vindo a ajustar e a equilibrar para preparar a Terra para ser por ele habitada, quando na plenitude dos tempos o seu Criador o chamasse para que o homem entrasse na posse dela.*

Sem pôr em causa que a natureza tenha que ser combatida e vencida pela arte humana, G. P. Marsh considera no entanto que existe para isso uma medida que não deveria ser ultrapassada:

*... o homem, os animais domésticos que o servem, as plantas do campo e da horta cujos produtos lhe fornecem alimento e vestuário, não podem subsistir e atingir o pleno desenvolvimento das suas mais elevadas propriedades, a não ser que a natureza bruta e inconsciente seja eficientemente combatida, e, em elevado grau, vencida pela arte humana. Paí que seja necessária uma certa medida de transformação da superfície terrestre, de supressão da produtividade natural e de estímulo a uma produtividade artificialmente modificada. Desgraçadamente, essa medida foi excedida pelo homem. Ele abateu as florestas cuja rede de raízes fibrosas ligava o húmus ao esqueleto rochoso da terra; mas se ele tivesse deixado aqui e ali que uma faixa de bosque se reproduzisse a si própria por propagação*

*espontânea, a maior parte dos prejuízos que a sua imprudente destruição da protecção natural do solo provocou teriam sido evitados. Ele quebrou os reservatórios das montanhas, cujas águas ao infiltrarem-se através de invisíveis canais abasteciam as fontes que refrescavam o seu gado e fertilizavam os seus campos; mas não teve o cuidado de manter as cisternas e canais de irrigação que uma sábia antiguidade tinha construído para neutralizar as consequências da sua própria imprudência. Se rasgou a fina gleba que confinava a terra leve das extensas planícies, e destruiu a franja de plantas semi-aquáticas que orlavam a costa e impediam que as areias das praias marinhas fossem arrastadas pela corrente, ele não conseguiu impedir que as dunas alastrassem ao cobri-las de vegetação artificialmente propagada. Moveu uma guerra impiedosa a todas as tribos da natureza animada cujos despojos pudesse converter em sua própria utilidade, e não protegeu as aves que têm por presa os insectos mais destrutivos das suas próprias colheitas.*

## MAIS CIVILIZAÇÃO, MAIS DESTRUTIVIDADE!

Escreveu Marsh:

*... a acção destrutiva do homem torna-se cada vez mais enérgica e implacável à medida que ele avança na civilização, até que o empobrecimento derivado da exaustão que o homem causa dos recursos naturais do solo se torna uma ameaça para ele, e por fim o desperta para a necessidade de preservar o que ainda resta, se não de restaurar o que foi levianamente esbanjado.*

## PREMONIÇÕES

Marsh já tinha consciência dos limites do poder humano (bem antes de *Os Limites do Crescimento!*), das virtualidades da energia solar, e discutia a restauração dos ecossistemas mundiais mais afectados. Chegou mesmo a levantar a hipótese de alterações climáticas e da própria extinção da espécie:

*A Terra está rapidamente a tornar-se uma morada imprópria para o seu mais nobre habitante, e uma época mais de igual crime humano e de humana imprevidência, e que dure tanto como aquela através da qual se estendem os vestígios desse crime e dessa imprevidência, reduzi-la-ia a uma produtividade tão empobrecida, a tal superfície destruída, a tais excessos climáticos, que ameaçaria causar a depravação, a barbárie e até mesmo a extinção da espécie.*

## NOTAS

\* Na interpretação de Marcus Hall, no seu artigo Restaurar os Campos: George Perkins Marsh e a Ética Italiana da Terra – *Restoring the Countryside: George Perkins Marsh and the Italian Land Ethic 1861-1882*. In *Environment and History* 4 (1998): 91-103.

\*\* Acessível gratuitamente no âmbito do Project Gutenberg na internet, desde 2004.

\*\*\* Outras fontes:

Gregory J. Dheler, *Review of David Lowenthal, George Perkins Marsh: Prophet of Conservation*. *H-Environment*, H-Net Reviews, December, 2004, <http://www.h-net.org/reviews/showrev.cgi?path=227491106922404>

Curtis, Jane, Will Curtis and Frank Lieberman. *The World of George Perkins Marsh, America's First Conservationist and Environmentalist: An Illustrated Biography*. Woodstock, Vt. Editado para a Woodstock Foundation por Countryman Press, 1982.

George Perkins Marsh, by John Lienhardt, na internet.

George Perkins Marsh: Renaissance Vermonter, <http://www.nps.gov/>

George Perkins Marsh, Wikipedia, na internet.